



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO RANIERY PAULINO

INDICAÇÃO nº. 611 /2021.
(Do Deputado Raniery Paulino)

Senhor Presidente,

INDICO ao Excelentíssimo Senhor **Governador do Estado da Paraíba**, nos termos do artigo 111 do Regimento Interno, **a necessidade de adoção de medidas para a criação do Conselho Estadual de Combate à Pirataria e a Ilegalidade**, destinado a promover ações que reduzam o contrabando, as falsificações, o descaminho, a pirataria e a economia informal ou subterrânea, em suas mais variadas formas.

JUSTIFICAÇÃO

A crise gerada pela pandemia do coronavírus forçou milhões de pessoas a recorrerem às compras pela internet, o que resultou em uma alta superior a 30% das vendas desde março de 2020, segundo a associação do setor.

Não obstante, esse crescimento veio acompanhado de um aumento no número de produtos falsificados e irregulares apreendidos pela Receita Federal, ressurgindo com muita força as discussões sobre a função social do imposto, o comércio legal e o consumo consciente.

Observa-se que a adoção de medidas pelos governos precisa ser mais clara no combate ao mercado ilegal, que tantos prejuízos traz para a economia e para a sociedade.

De outra parte, verifica-se que combater a venda de produtos falsificados não é uma tarefa simples, no entanto está comprovado que esse mercado ilícito causa desemprego e precisa ser enfrentado. No Brasil, tem-se uma estimativa de cerca de 200 mil pessoas sendo utilizadas informalmente para produção e distribuição do comércio de produtos piratas e, muitas vezes, na produção desses produtos é usada a mão de obra infantil.

Essa realidade impede o surgimento de 2,1 milhão de novos postos de trabalho no país. Além disso, os malefícios que os artigos pirateados e contrabandeados trazem à saúde são intensos, e os crimes cometidos pela sonegação fiscal impedem o desenvolvimento de municípios.

Dados do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a ilegalidade (FNPC) mostram que foi detectado em 2014 a movimentação deste comércio ilícito girando em torno de R\$ 100 bilhões. Já em 2018, chegou a quase R\$ 200 bilhões. Os setores produtivos são os mais penalizados à concorrência desleal dos produtos falsificados. Segundo o FNPC, os itens mais pirateados no Brasil são do setor do vestuário, seguido por higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; combustíveis; bebidas alcoólicas e cigarros.

Portanto, esta iniciativa busca minimizar esse problema e fortalecer as ações no enfrentamento à pirataria e a sonegação fiscal dela decorrente. **Precisamos proteger o bom empresário, aquele que gera empregos formais e realmente investe na Paraíba.**

Registre-se que o Estado de Santa Catarina já instituiu o seu Conselho Estadual a partir dos graves prejuízos e impactos que vem sendo causados aos mais variados setores da economia e aos consumidores.

Essa realidade demonstra a necessária e imprescindível integração de órgãos públicos e entidades privadas para a efetivação de trabalhos conjuntos, que busquem reduzir esses impactos. Portanto, um Conselho Estadual traria maior efetividade de ações voltadas para a educação, conscientização e fiscalização.

Sala das Sessões, em 12 de fevereiro de 2021.



Raniery Paulino
Deputado Estadual